Obras do Governo devem gerar 38 mil empregos

Projeto prevê mais 2,8 mil vagas formais no comércio e serviços locais

Da **Redação**

O governo de São Paulo estima que as obras do Novo Centro Administrativo, previstas para a região dos Campos Elíseos, na região central da capital, gerem 38 mil empregos diretos e indiretos. A projeção inclui postos de trabalho ao longo da construção do complexo. Após a conclusão, a expectativa é de criação de outras 2,8 mil vagas em atividades de comércio e serviços na região.

As estimativas foram divulgadas pelo governo estadual nesta quarta-feira (4), que não detalhou a distribuição das oportunidades por setor, profissão ou etapa das obras, nem informou quando devem começar a ser criados os postos. Os números são projeções associadas ao projeto e não representam vagas já abertas ou contratações confirmadas.

O empreendimento será construído por meio de uma parceria público-privada (PPP), com investimento estimado em R$ 6 bilhões e contrato de concessão de 30 anos. O projeto prevê a construção, reforma e adaptação de edifícios em uma área de aproximadamente 290 mil metros quadrados. A iniciativa é coordenada pelas secretarias estaduais de Parcerias em Investimentos e de Projetos Estratégicos.

O complexo deverá concentrar cerca de 22 mil servidores estaduais que hoje trabalham em mais de 40 endereços da cidade. A estrutura planejada reúne dez torres distribuídas em sete edifícios. Segundo o governo, a concentração de órgãos estaduais em um único local integra o projeto de requalificação da região central.

A proposta inclui a restauração de 17 imóveis tombados e a construção de um novo terminal de ônibus, além da ampliação de 40% das áreas verdes do Parque Princesa Isabel. Também estão previstos 25 mil metros quadrados destinados a comércio e serviços. O governo relaciona a criação das 2,8 mil vagas formais esperadas após a conclusão à atividade econômica que esses espaços podem receber.

Na área de transporte, o plano do Governo prevê um terminal próximo à Estação da Luz para substituir o Terminal Princesa Isabel. A nova estrutura deverá facilitar a integração entre ônibus, metrô e trem. De acordo com o cronograma informado pelo governo, a obra do terminal deve começar no primeiro ano da concessão e terminar no segundo.

Os edifícios previstos devem receber certificação LEED Gold, referência internacional para construções sustentáveis, e incorporar medidas de eficiência térmica e energética. O projeto também combina novas construções com a recuperação de imóveis existentes, incluindo prédios protegidos por tombamento. A área e o número de edificações fazem parte do escopo apresentado para a concessão do projeto.

Os dados sobre empregos foram divulgados pelo governo estadual, responsável pelo projeto. A estimativa de 38 mil vagas diz respeito ao período de execução das obras e soma empregos diretos e indiretos. Já a previsão de 2,8 mil postos formais se refere ao comércio e aos serviços locais após a conclusão do complexo. A divulgação não especifica os métodos usados para calcular as projeções nem apresenta uma previsão de salários, duração dos contratos ou perfil dos trabalhadores.

A iniciativa integra as ações anunciadas pelo Estado para requalificar o centro de São Paulo. Além da concentração de órgãos públicos, o plano reúne intervenções em mobilidade, áreas verdes, edifícios tombados e espaços comerciais. O prazo total da concessão será de 30 anos, mas o material divulgado não informa uma data prevista para a conclusão de todo o complexo.

DIVULGAÇÃO/AGÊNCIA SP



Futuro Centro Administrativo reunirá 22 mil servidores atualmente espalhados por mais de 40 endereços da cidade

Câmara debate bets e críticas à possível liberação

Da **Redação**

A discussão sobre as plataformas de apostas esportivas foi um dos principais temas da sessão plenária da Câmara Municipal de São Paulo nesta terça-feira (3). Vereadores trataram da análise, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), da medida provisória que proibiu as bets no país. Também foram mencionados os resultados da CPI do Jockey Club na Câmara, os impactos das chuvas na zona leste e a violência contra idosos.

A medida provisória foi editada pelo governo federal em 25 de setembro. Segundo a notícia da Câmara, o STF retomou a discussão para avaliar a constitucionalidade do texto. O tema foi abordado por parlamentares durante a sessão, em meio ao debate sobre a possibilidade de liberação das apostas esportivas.

O vereador João Ananias (PT) manifestou-se contra uma eventual liberação. Ele afirmou que as apostas podem causar prejuízos a quem joga e que o vício afeta famílias. O parlamentar também disse que a retomada da discussão no Supremo pode beneficiar empresas e clubes interessados na atividade. As declarações foram feitas durante o uso da tribuna.

O vereador Ananias relacionou a proibição das plataformas ao aumento do consumo em mercados. Segundo ele, com menos dinheiro destinado às apostas, parte da população passou a gastar mais dinheiro com comida nesses estabelecimentos. O vereador defendeu que a discussão sobre as bets considere os efeitos do jogo sobre os apostadores e suas famílias.

A vereadora Luana Alves (PSOL) também falou sobre o tema. Ela mencionou a audiência pública promovida pelo STF para discutir as apostas esportivas. A sessão não se limitou ao debate sobre as plataformas: as falas dos parlamentares incluíram assuntos municipais e também conversas nacionais.

DOUGLAS FERREIRA | REDE CÂMARA SP



Entre os temas, estão a discussão no STF sobre os sites de apostas

CPI DO JOCKEY

Entre os demais temas citados esteve a CPI do Jockey Club. Os vereadores repercutiram os resultados da comissão, que investigou questões relacionadas ao clube. A notícia da Câmara também apontou que os parlamentares trataram dos impactos provocados pelas chuvas na zona leste da capital, sem detalhar, no resumo da sessão, as ocorrências específicas discutidas.

VIOLÊNCIA CONTRA IDOSOS

A violência contra idosos foi outro assunto levado à tribuna. A pauta reuniu, assim, questões de alcance nacional — como a análise das bets pelo STF — e temas ligados à cidade de São Paulo. A sessão marcou a abertura dos trabalhos plenários de novembro na Câmara Municipal.